

Territorialidades ambientais remediadas: sentidos interculturais de uma parlamentar indígena em entrevista ao site *Folha de S. Paulo*

Remediated environmental territories: the intercultural senses of an indigenous congresswoman in an interview to the site Folha de S. Paulo

Simão Farias Almeida

simao.fal@bol.com.br

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e líder do grupo de pesquisa Mídia, conhecimento e meio ambiente: olhares da Amazônia (CNPq/UFRR).

Resumo

Os sentidos interconectados de mediatização e mediação são referenciais das produções e dos usos das técnicas dos meios compreendidos através de competências culturalmente determinadas. Antonio López (2014) redimensiona esses conceitos, atribuindo à remediação a capacidade dos atores sociais de reparar metáforas anti-ecológicas. Partindo das discussões sobre remediação, territorialidades (Sousa e Almeida, 2015; Di Felice e Pereira, 2017; Iağani e Resende, 2019), comunicação intercultural (Kunsch, 2017; Ramos, 2009) e do método de pragmática do discurso jornalístico (Rodrigues, 2001), iremos transitar os sentidos de metáforas ambientais de territorialidades indígenas de discurso a discurso, a fim de analisar os condicionantes territoriais exclusivamente político-econômicos nos discursos de deputada em entrevista da *Folha de S. Paulo*.

Palavras-chave: remediação, territorialidades indígenas, territorialidades ambientais.

Abstract

The interconnected senses of media coverage and mediation are references of the productions and uses of the techniques of the media, understood through culturally determined competences. Antonio López (2014) re-dimensioned these concepts, and attributed to remediation the capacity of social actors to repair anti-ecological metaphors. From the discussions on remediation, territorialities (Sousa & Almeida, 2015, Di Felice & Pereira, 2017, Iağani & Resende, 2019), intercultural communication (Kunsch, 2017; Ramos, 2009) and from the pragmatic method of journalistic discourse (Rodrigues, 2001), we move through the senses of the environmental metaphors of indigenous territorialities of discourse to discourse, in order to analyze the exclusively political-economic hegemonic senses of territorial factors contained in the discourse of a Congresswoman during an interview with the *Folha de S. Paulo*.

Keywords: remediation, indigenous territorialities, environmental territorialities.

1. Ecomídia e cidadania cultural ambiental

A discussão sobre a relação entre os conceitos de mediação e mediatização rende debates em produções científicas e congressos nos campos da comunicação até a atualidade. Certos consensos são desenvolvidos em

torno das diferenças, relacionando geralmente o primeiro aos usos dos meios na divulgação e formação de opinião entre pares de grupos microsociais e comunitários, e o segundo aos modos de produção dos *media* com o intuito de massificar informações. As intercorrências destes dois processos e as novas práticas de receptores e usuários

diante delas costumam ficar restritas a paradigmas teóricos contemporâneos no contexto das mídias digitais. Algumas discussões epistemológicas em campos de natureza interdisciplinar surgem para apreender esses fenômenos comunicacionais, propondo a reformulação de conceitos, categorias e modelos, caso da educomunicação e sua vertente ambiental.

Antonio López (2014, p. 61-62) distingue mediação e remediação¹ nos debates a respeito dos usos pedagógicos das produções midiáticas. Segundo ele, a utilização de metáforas nos meios de comunicação pode contrariar os sentidos de sustentabilidade e ecologia, por exemplo. Valer-se de propósitos ambientais contribui para realocar esses sentidos com fins preservacionistas.

*I suggest one way of reclaiming media ecosystems as embedded within living systems is to use the term **bio-cultural media ecosystem**. Bioculture refers to how culture is intrinsically connected to ecological identity. This rephrasing is an example of what I call **(re)mediation**. The term remediation means the repair of a damaged ecosystem; mediation is the manner in which the world is mediated. The combination of these terms, (re)mediation, means repairing the media metaphors that have up to now depended on mechanistic approaches to communication and cognition².*

Desta forma, o autor defende as implicações da mediação em apreender o mundo atual. A remediação está engajada com um mundo ecologicamente responsável, e para isso acontecer é necessário reparar metáforas circuladas pela mídia e prejudiciais à relação com o meio ambiente. Assim, o compromisso ambiental inclui comportamentos pedagógicos de ressignificar sentidos precários e contrários à natureza. A educação sustentável contribui ao

1 Os sentidos do conceito de remediação provavelmente não são inéditos na obra de Antonio López. Stuart Hall (2011, p. 369) e Jesús Martín-Barbero (2015, p. 16) defendem modelos de processos mediadores circundantes, nos quais os receptores, respectivamente, constroem referenciais de conhecimento por meio de estruturas de sentido distintas dos meios e reúnem competências de socialidade com o intuito de fazer uso de matrizes culturais para apreender os formatos industriais advindos das técnicas comunicacionais. Todavia, López os realoca no campo interdisciplinar da comunicação e educação, a fim de reconfigurar os aspectos pedagógicos dos usos das produções e das práticas dos meios de comunicação, consideradas antiecológicas.

2 “Eu sugiro que uma maneira de recuperar os ecossistemas de mídia incorporados nos sistemas vivos é usar o termo *ecosistema de mídia biocultural*. A biocultura refere-se a como a cultura está intrinsecamente ligada à identidade ecológica. Essa reformulação é um exemplo do que eu chamo *(re)mediação*. O termo remediação significa reparo de um ecossistema danificado; mediação é uma maneira pela qual o mundo é mediado. A combinação desses termos, *(re)mediação*, significa reparar as metáforas da mídia que até agora dependiam de abordagens mecanicistas da comunicação e da cognição” [tradução nossa].

promover a “green cultural citizenship” [cidadania cultural verde] por meio da qual valores ecológicos se interconectam a aspectos sociais e econômicos (López, 2014, p. 1). A “ecomedia literacy” [alfabetização ecomidiática] constringe o desinteresse pelos impactos dos danos ambientais no planeta, nos animais humanos e não humanos (López, 2014, p. 30-31). As duas expressões geradas pelo autor convergem na sua defesa da justiça social e ecológica, a qual inclui a diversidade de vozes de grupos marginalizados, sem guetoização e engajados em educar a mídia (López, 2014, p. 121; 174). Essas “biocultural voices” [vozes bioculturais] de “green subjects” [sujeitos verdes] transformam todos em ativistas ambientais (López, 2014, p. 174).

A cidadania verde, portanto, atua por meio de uma negociação intercultural que trabalha com campos comunicacionais abertos e flexíveis (López, 2014, p. 95). Ela crê no engajamento midiático mobilizado para impactar os sentidos de espaço, lugar, tempo e planeta (López, 2014, p. 130). Neste sentido, a remediação implica o agenciamento de ideologias transformadoras advindas de tradições da ecologia social, entre elas as indígenas (López, 2014, p. 34). Esse caráter nos lembra a cidadania na floresta e da floresta fundamentada no cuidado, conforme aponta Leonardo Boff (2012, p. 102-103). Segundo esse autor brasileiro, “O cuidado revela que não somos seres independentes. Somos profundamente ecodependentes, portadores de uma carência fundamental que é suprida pelas pessoas, pela cultura e pelos recursos e serviços da natureza” (Boff, 2012, p. 37). A sustentabilidade representa o lado objetivo da gestão dos bens naturais, e o cuidado denota seu lado subjetivo, sem o qual a própria sustentabilidade não se realiza adequadamente (Boff, 2012, p. 21). Assim, esses sentidos podem ser apreendidos pelas produções jornalísticas, pois elas mantêm a tradição da objetividade factual e assumem na contemporaneidade as subjetividades de diferentes atores da notícia (Nascimento, 2009). Em vez do dado definitivo e independente das angulações subjetivas, pela descrição factual podem transitar opiniões, desejos, súplicas (Gomes, 2009, p. 32).

Segundo Leonardo Boff (2015, p. 181), os indígenas vivem uma sociabilidade ecológico-cósmica na qual há trocas entre o “sujeito-natureza” e o “sujeito-ser humano”. “A natureza pertence à sociedade e a sociedade pertence à natureza”. Baseados nessa assertiva, podemos apontar a legitimidade dos povos indígenas de transmitir a outras culturas a harmonia entre o planeta, os seres humanos e não humanos.

A comunicação intercultural, conforme aponta Margarida Kunsch (2017, p. 341), enfrenta a globalização autoritária e assimétrica e “constitui um desafio constante para aqueles que veem criticamente o mundo de hoje e que têm a tarefa de produzir os meios de comunicação e

bens culturais, fomentar as indústrias criativas, difundir informações e promover e valorizar o interculturalismo”. Essa expressão deve ser entendida enquanto conjunto de processos de intermediações nas quais se incluem a mediatização dos meios tradicionais e o agenciamento dos grupos sociais, culturais e étnicos minoritários em busca de espaços de fala, visibilidade e legitimidade. O objetivo é romper barreiras de etnocentrismo e distâncias culturais em favor da diversidade e da pluralidade (Kunsch, 2017, p. 343). A cidadania propicia o ligamento entre comunidades e povos envolvidos no estreitamento de suas relações.

O relatório *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural* da Unesco (2009, p. 1) defende a diversidade cultural como dimensão essencial do diálogo intercultural que “pode renovar a nossa percepção sobre o desenvolvimento sustentável”. Ela valoriza a cidadania social e planetária na qual se inclui o direito a uma natureza preservada capaz de promover o bem-estar para todos os seres. Segundo Natália Ramos (2009, p. 11), novas políticas e estratégias de intervenção centradas nos indivíduos, nas relações sociais e nos processos ambientais garantem os direitos humanos e culturais, qualidade de vida e bem-estar. A abordagem intercultural é estratégica ao promover a relação entre as culturas sem anular as identidades envolvidas, e também é sistêmica e multidimensional ao integrar as representações e práticas educacionais nos contextos ecológicos, socioeconômicos, culturais e políticos (Ramos, 2009, p. 17). Envolve ainda a consciência da alteridade, da diversidade, das interações individuais e coletivas, de competências culturais, sociais, pedagógicas, comunicacionais, do funcionamento democrático das sociedades, da coesão social e da integração adequada de grupos minoritários e majoritários (Ramos, 2009, p. 17).

Natália Ramos (2009, p. 19) e Margarida Kunsch (2017, p. 343) compartilham da assertiva de que a abordagem intercultural exige um esforço contra o etnocentrismo e os estereótipos, e é favorável à negociação da diversidade cultural. A comunicação intercultural compreende os modos distintos dos diferentes sujeitos de mediar o mundo. Partiremos dessa discussão teórico-crítica sobre ecomídia e comunicação intercultural a fim de analisar na terceira seção deste artigo as competências discursivas de uma parlamentar indígena a respeito dos sentidos de lugar e de tempo das territorialidades ambientais de seu povo, legitimando espaço na produção jornalística.

2. Territorialidades ambientais e indígenas

A territorialidade tem implicações políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais mais complexas do que o território porque envolve fatores históricos, ancestrais e conhecimentos estratégicos. Para Cássio Sousa (*in* Sousa e Almeida, 2015, p. 38-39), as territorialidades indígenas

estão atreladas à biodiversidade, ao manejo e à exploração dos recursos naturais. São diversos os atores e interesses, distintas as perspectivas e problemáticas em torno das terras indígenas (Sousa *in* Sousa e Almeida, 2015, p. 60). Suas territorialidades sofrem “um processo de ajuste ou incorporação pelas lógicas territoriais do Estado. Esta incorporação, por sua vez, é antes fruto de um processo de imposição do Estado, e não uma adesão dos povos indígenas às novas lógicas territoriais” (Sousa *in* Sousa e Almeida, 2015, p. 77; 80). Tais conflitos fazem com que o território perca os aspectos de normalidade, permanência e estabilidade. E as alterações nesses processos e nos modos de vida não significam perda de identidade e das lógicas próprias de pensar o mundo, pois as características culturais são dinâmicas e não estáticas (Almeida e Macedo *in* Sousa e Almeida, 2015, p. 135).

A preservação das tradições culturais e dos ecossistemas naturais se retroalimenta com o intuito de garantir os propósitos das lutas territoriais. Segundo Fabio Almeida e Maira Smith (*in* Sousa e Almeida, 2015, p. 156-157),

[...] as culturas indígenas dependem da integridade do meio ambiente para se reproduzirem, e o meio ambiente lucra com os elementos de proteção que podem ser proporcionados por uma boa gestão indígena de seus territórios. Para que se reproduza essa sinergia, no entanto, é importante que haja apoio para a readequação às novas realidades das terras demarcadas, que é o que se espera de uma política de gestão territorial indígena.

Deste modo, a territorialidade se constitui num processo contínuo mesmo quando determinadas pautas da agenda política do grupo minoritário são conquistadas. A problemática é consolidar uma pauta comum a todas as comunidades indígenas (Sousa *in* Sousa e Almeida, 2015, p. 221). Todavia, as dificuldades de agenda única não minimizam ou precarizam a diversidade das demandas de território a território. Os condicionantes territoriais de determinados povos podem se caracterizar pelos recursos naturais limitados ou pelas atividades e tecnologias econômicas capazes de provocar impactos ambientais, sociais e econômicos (Sousa *in* Sousa e Almeida, 2015, p. 259). Daí a necessidade de ampliar lutas coletivas e nacionais, provocando as territorialidades a extrapolar os campos geográficos e configurar novos espaços de luta nas redes digitais.

Os *media* e os territórios estão imersos em uma dimensão conectiva e constitutiva além das relações do sujeito com a natureza, convergindo na dimensão “complexa e interativa do sujeito-media-circuitos informativos-territorialidades”. A interação ecológica realizada por meio da comunicação em rede supera o antropocentrismo, a centralidade na percepção da natureza não humana pelo

homem, e legitima um outro conceito de ambiente (Di Felice e Pereira, 2017, p. 27). A interação dos povos indígenas nas tecnologias digitais reconfigura as experiências territoriais e expressa “uma nova condição ecológica desses povos e da própria Floresta associada ao net-ativismo” aliado ao monitoramento de suas terras e ao protagonismo ambiental (Di Felice e Pereira, 2017, p. 43). Essa outra ordem de territorialização do espaço associada ao poder deslocativo e conectivo das redes digitais realiza novas interações ecológico-comunicativas (Di Felice e Pereira, 2017, p. 54). A partir disso, a tomada de espaços de voz nessas redes constitui novas territorialidades enredadas em conflitos de pautas e atritos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

O ativismo reticular “condensa todas as redes nele inscritas ou ativadas e transborda, igualmente, novos sentidos ecológicos e estéticos de sua cosmologia que encontram no digital a sua (i)materialização cartográfica, somente possível pelo encontro e pelo diálogo intercultural e glocal” entre o mundo indígena e o outro não indígena global (Di Felice e Pereira, 2017, p. 57). Esse diálogo concretizado pelas novas tecnologias de comunicação e informação provoca uma nova forma comunicativa atópica do habitar (Di Felice e Pereira, 2017, p. 57). Neste sentido, metáforas de territorialidades geográficas e digitais podem ser reconhecidas nas produções massificadas na internet. Uma nova ideia de ativismo abre-se à “dimensão ecológico-habitativa consequente do processo de digitalização e de conexão” (Di Felice e Pereira, 2017, p. 61).

Analisaremos na próxima seção os sentidos do habitar ecológico na natureza e nas mídias digitais construídos e circulados pela deputada federal Joenia Wapichana em texto do site do jornal *Folha de S. Paulo*. Vamos atentar às representações geográficas e metafóricas de territorialidades indígenas nos discursos da entrevistada. Para isso, utilizaremos o método de pragmática do discurso jornalístico, que reconhece as perspectivas ou os pontos de vista a partir dos quais se fundam os discursos. Eles “passam a equivaler-se, se os considerarmos como lances estratégicos de legitimação. Já não podemos, por conseguinte, hierarquizá-los em torno de uma perspectiva dominante sem incorreremos no risco de aceitar como indiscutível a sua dominação” (Rodrigues, 2001, p. 19). Desta forma, os sentidos de choque e confronto com discursos territoriais hegemônicos serão considerados no propósito de investigar estratégias de legitimidade de territorialidades alternativas. Rodrigues (2001, p. 20) destaca a natureza serial e transitiva da combinatória dos discursos. “É transitiva, na medida em que a posição do próprio sujeito é reflexo de uma palavra outra que o constitui como instância legítima de enunciação”. A partir disso, poderemos comparar os construtos discursivos dos diferentes sujeitos envolvidos na cobertura jornalística.

Adriano Duarte Rodrigues também discute o construto metaforizante no jornalismo. Ele argumenta que embora a prática da mídia consista principalmente em usar a metáfora para assimilar parte das dimensões discursivas de outras instituições, ela não se limita aos limites de um domínio restrito da experiência, cumprindo assim suas funções de mediação (Rodrigues, 2002, p. 220-222). Enquanto os discursos de outros campos sociais são opacos porque buscam a autenticidade da especialização, a mídia é transparente em sua tarefa de combater ou apoiar a legitimidade de outras instituições, atravessando e deixando-se “infectar” por seus significados. Os pressupostos teóricos do autor destacam-se na análise da narrativa jornalística, mas se deparam com a atribuição problemática de transparência ao discurso midiático e opacidade ao discurso de outras instituições (políticas, econômicas, militares, etc.). No entanto, se o próprio Rodrigues indica que o sistema de mídia naturaliza, reforça, reconcilia ou exacerba as diferenças em certas áreas da experiência, é porque sua natureza metaforizante é hierárquica e até cancela certos significados políticos, culturais e sociais. Assim, às vezes pode ser transparente, outras vezes opaca. Adequaremos essa discussão ao processo de remediação de metáforas ambientais em produção de site jornalístico.

3. Cidadania de indígenas e da natureza em notícia-entrevista da *Folha de S. Paulo*

A narrativa *Temos de mudar a ideia de que impedimos desenvolvimento*, diz deputada indígena foi publicada no site do jornal *Folha de S. Paulo* em 7 de janeiro de 2019. Ela contém declarações da deputada federal Joenia Wapichana sobre suas pautas parlamentares durante o governo do presidente Jair Bolsonaro. Primeira mulher indígena a se eleger deputada federal, representante do Partido Rede Sustentabilidade de Roraima, Wapichana atuou como advogada no processo de homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e recebeu o prêmio de Direitos Humanos da ONU em dezembro de 2018.

A narrativa jornalística é misto de notícia e entrevista ao informar, por meio de *lead* e de legenda fotográfica, a respeito da primeira mulher indígena deputada federal na história do Brasil, ocupando gabinete cujo número é simbólico em relação às conquistas dos povos indígenas, e conter perguntas e respostas direcionadas às declarações do governo Bolsonaro acerca da demarcação de terras e às conquistas constitucionais e jurídicas nesse campo. A entrevista se desenvolve tendo como referência a técnica da espiral concêntrica, por meio da qual parte do sujeito apresentado no centro do fato, como testemunha ou motivador dele, e se dirige para o contexto no qual está inserido e a sua vida social (Sequeira, 2005, p. 126-127). No

caso da produção jornalística aqui analisada, o jornalista guia a entrevistada da sua avaliação do governo Bolsonaro, passando pelas impressões sobre seu trabalho parlamentar, aos impactos das medidas governamentais na vida dos indígenas num período de dez anos; ou seja, o roteiro parte da sua condição de deputada e passa à sua condição de pessoa proveniente dos povos indígenas.

A manchete da matéria já sinaliza a reação de Wapichana ao preconceito de atribuir às comunidades indígenas o status de atrasadas economicamente, capazes de impedir o desenvolvimento do país, associando essa reação no título à sua crítica às mudanças nas demarcações e ao respeito à Constituição Federal. O primeiro parágrafo com o *lead* noticioso reforça o papel parlamentar da deputada na atual legislatura (2019-2022) de garantir os direitos territoriais. Ela ocupa o gabinete 231 da Câmara dos Deputados, número idêntico ao do artigo constitucional “que assegura aos povos indígenas os direitos sobre suas terras tradicionais” (Maisonnave, 2019). O início da narrativa, portanto, já sugere os sentidos geográficos de território e territorialidade, os quais extrapolam as delimitações das áreas de moradia e ganham visibilidade política e, por extensão, econômica, social e ecológica. Deste modo, os dois conceitos envolvem, a partir da notícia-entrevista, aspectos das demandas amazônicas, dos centros de poder e de crises de distintas naturezas, correspondendo ao conceito de policrise de Edgar Morin. “Muitas dessas crises podem ser consideradas como um conjunto policrítico em que se entrelaçam e se sobrepõem crise do desenvolvimento, crise da modernidade, crise de todas as sociedades” (Morin, 2003, p. 94). Os discursos da entrevistada vão apontar o protagonismo indígena, instrumento da resolução de crises.

O segundo parágrafo do trecho noticioso contrapõe sintomaticamente “a principal arma de Joenia contra as ameaças do governo Jair Bolsonaro” e a “guerra” do atual presidente, cuja campanha eleitoral baseou-se na proposta de porte de armas, de paralisar e reverter as demarcações, de permitir o arrendamento e a mineração em terras indígenas. Assim, o trecho sugere as territorialidades geográficas, econômicas e políticas implicadas no “armistício” entre a legisladora e o chefe do Poder Executivo. Também sinaliza o tratamento republicano das pautas legislativas da deputada. O parágrafo seguinte informa sobre a Raposa Serra do Sol, em Roraima, enquanto alvo do presidente cujas promessas desde a campanha eleitoral implicam devolver as terras demarcadas “aos fazendeiros brancos e abrir para a exploração mineral” (Maisonnave, 2019). Valendo-se da estratégia discursiva de exacerbação dos diferendos de distintas instituições, nos termos de Adriano Duarte Rodrigues (2002, p. 227), Fabiano Maisonnave marca as distintas territorialidades do governo de extrema-direita e das comunidades tradicionais ao referenciar a demarcação ratificada pelo Supremo Tribunal

Federal, à qual contribuiu a defesa advocatícia de Wapichana. Os diferentes pontos de vista a partir dos quais se fundam os discursos são estratégias de legitimação de condicionantes territoriais hegemônicos e alternativos, respectivamente, limitados ao valor político-econômico e associados também ao cuidado ambiental.

Ao contrário da Presidência da República disposta a fragmentar e hierarquizar os interesses de agricultores, pecuaristas, mineradores e indígenas, o parágrafo seguinte demonstra a capacidade da deputada em reunir uma base eleitoral de diferentes etnias em torno da “criação de um sistema próprio de educação e melhoras na rede de saúde” (Maisonnave, 2019). Desta forma, a matéria reforça as demandas constitucionais e territoriais do poder legislativo e da Raposa Serra do Sol, região, inclusive, onde foi feita a entrevista pelo jornalista da *Folha de S. Paulo*.

Em resposta à primeira pergunta em torno do tema das mudanças na política indigenista, Joenia Wapichana denuncia o retrocesso nos direitos indígenas de reconhecimento das terras devido à medida provisória que tirou da FUNAI a responsabilidade pelas demarcações. A decisão do governo Bolsonaro gerou uma crise de territorialidade ao desqualificar a fundação e suas ações de promover “as terras garantidas, respeitadas e protegidas, longe de interesses individualistas econômicos, de influências e de posicionamentos políticos” (Maisonnave, 2019). Na resposta à pergunta seguinte, reforça o reconhecimento de direitos por parte dos povos indígenas ao contrariar a afirmação do presidente de que estaria havendo manipulação por parte de ONGs. A entrevistada dimensiona o entendimento dos atores importantes nos processos de territorialidades nativas, legitimando essas organizações como parceiras e não colonizadoras da reivindicação de direitos. A soma de forças em favor das demarcações constitui a luta contra as lógicas territoriais do Estado (Sousa *in* Sousa e Almeida, 2015, p. 77; 80). O desafio das territorialidades atualiza as pautas históricas garantidas pela Constituição. Ao confrontar os discursos de Jair Bolsonaro, Wapichana reclama os condicionantes territoriais dos povos representados por ela no Congresso Nacional.

Muitas vezes, é necessário remediar os construtos metafóricos do homem branco de modo a garantir os sentidos legítimos desses condicionantes. Em trecho no qual o jornalista lembra a afirmação do atual presidente acerca dos índios viverem em zoológicos dentro de suas terras, por exemplo, a deputada federal também atribui essa declaração ao governo do estado de Roraima, “como se a terra indígena fosse uma prisão para que, demarcada, os índios ficassem lá no cantinho” (Maisonnave, 2019). Ela questiona a discriminação dos mandatários do país – “O que ele quer dizer com isso? Que somos animais irracionais, que não conhecemos os nossos direitos? A terra indígena é uma prisão?” (Maisonnave, 2019) – e repara, nos termos de Antonio López (2014, p. 61-62), o caráter

pejorativo do termo zoológico, tratando as comunidades indígenas enquanto “uma residência, o nosso direito à terra demarcada. Mas isso não nos retira o direito de sermos cidadãos brasileiros, de ir e vir” (Maissonave, 2019). Deste modo, essa remediação procede por meio da reescritura de representações estratificadoras de histórias conflitivamente justapostas (Iqani e Resende, 2019, p. 5). Segundo Mehita Iqani e Fernando Resende (2019, p. 6), “In the media territory, as well as in the territory we all experience as part of our (everyday) lives, narratives are constantly flowing and conflicting and, therefore, inevitably producing distinct territorialities”³. Eles ainda apontam as implicações da mídia em “narrative territoriality” [territorialidade narrativa] e “cross-cultural currents” [correntes transculturais] (Iqani e Resende, 2019, p. 14), confirmando a disposição das representações territoriais por parte dos meios de comunicação.

Podemos falar em territorialidades geográficas e discursivas nas produções midiáticas ao identificarmos as lutas de sujeitos ao remediar seus sentidos de lugar em outros espaços de poder. As tentativas de remediação se concretizaram nas declarações da deputada Wapichana ao rasurar os sentidos de zoológico e legitimar a metáfora de residência dos povos indígenas. O jornalista Fabiano Maissonave colabora com esta perspectiva desde o início da notícia-entrevista ao destacar o simbolismo do número do gabinete dela, mais uma “casa” de apoio a seus representados. Ao questionar o atributo de zoológico relacionado aos territórios indígenas, Joenia Wapichana insinua que nem mesmo os animais merecem estar encarcerados. A demarcação não implica o cerceamento do direito constitucional de ir e vir, e os animais também são dignos de direitos. Segundo o filósofo desconstrutivista Jacques Derrida (2002, p. 51), o zoológico é a subversão moderna dos modos antigos de exploração animal. Se alguém deve estar nesse espaço, escravizam-se tanto os seres humanos quanto os não humanos. O discurso da deputada federal rejeita as duas condições de subserviência, sendo assim permeado pelo cuidado em favor dos seres ao mesmo tempo independentes e ecodependentes numa ética planetária (Boff, 2012, p. 37). Nos termos de Adriano Duarte Rodrigues (2002), a metáfora em questão assimila, mas não se limita à parte da dimensão discursiva da instituição que referencia o encarceramento e a exposição dos animais, tornando transparente na entrevista da fonte parlamentar o combate à sua rotina operante de subjugação dos seres não humanos estendida aos indígenas. Considerando os pressupostos de Antonio López (2014), Wapichana remedia a natureza metaforizante e hierárquica do termo zoológico, cancelando seus significados culturais

3 “No território da mídia, bem como no território que nós experimentamos como parte de nossas vidas (diárias), narrativas estão constantemente fluindo e conflitando, e, assim sendo, inevitavelmente produzindo distintas territorialidades” [tradução nossa].

e sociais tradicionais, substituindo-os pelo sentido de lar comunitário atribuído à terra Raposa Serra do Sol.

Seguindo o roteiro da entrevista, em resposta à quarta pergunta, ela confronta as perspectivas do ministro Carlos Ayres Brito do STF e do general Heleno, um dos principais assessores de Bolsonaro, atribuindo ao primeiro a declaração de que “não existe choque de interesses numa terra indígena em área de fronteira com a defesa nacional” (Maissonave, 2019). Se, por um lado, o jornalista marca a exacerbação dos diferendos (Rodrigues, 2002) entre as instituições jurídica e militar no discurso da entrevistada, por outro lado, ela desnivela esse campo de forças, reforçando sua defesa do apoio de diversos atores às causas indígenas ao referenciar a comitiva do Marechal Rondon composta por lideranças “que ajudaram na definição dos limites dos territórios brasileiros” (Maissonave, 2019). Em seguida, legitima a posse constitucional exclusiva e natural dos “principais guardiões da floresta” e “protetores dos recursos naturais, dos rios”, reservando a posse patrimonial à União (Maissonave, 2019). Finalizando a resposta à quarta pergunta, critica o discurso considerado intolerante do presidente da República: “Seria uma crueldade incitar o ódio, a intolerância, um clima de racismo contra os povos indígenas” (Maissonave, 2019). Assim, defende a legalidade das territorialidades jurídicas, sociais, étnicas e ambientais dos povos tradicionais.

Na pergunta seguinte, o jornalista Fabiano Maissonave edita as palavras da entrevistada sobre a exploração mineral na Raposa Serra do Sol, nas quais distingue a riqueza dos indígenas sob condições de saúde, alimentação saudável, cultura preservada sem ameaças e a cobiça determinante do “choque de exploração” das mineradoras (Maissonave, 2019). A família, em seguida, é apontada como uma “riqueza”, não nos termos das declarações do atual presidente: “Ele preza tanto o valor da família, deveria ver o lado indígena também” (Maissonave, 2019). Ao contrário disso, “O valor da família indígena começa na terra”, daí ela reconhecer as consequências da exploração mineral, entre elas a violência, o alcoolismo e a perda da cultura (Maissonave, 2019).

Joenia Wapichana amplia os sentidos de territorialidades ambientais na resposta à mesma pergunta, informando a detecção de mercúrio, por parte da Fiocruz, nos rios das terras yanomami. Ela aponta que outros rios serão contaminados, pois “As águas não ficam paradas, nascem nas terras indígenas, mas vão para a cidade também” (Maissonave, 2019). Deste modo, as decisões políticas e econômicas têm implicações antiecológicas imprevisíveis. Nos termos de Antonio López (2014, p. 1), sua luta por cidadania cultural verde é plural, por meio da qual valores ecológicos se interconectam a aspectos sociais e econômicos. Wapichana rompe as barreiras da falta de espaço nos meios tradicionais e, no site de um jornal de grande circulação nacional, propõe uma comunicação intercultural

através da qual deixa o ensinamento da sociabilidade ecológico-cósmica, a partir da qual a natureza pertence à sociedade e a sociedade pertence à natureza (Boff, 2015, p. 181).

Ainda reforçando os aspectos dos condicionantes territoriais indígenas, o jornalista questiona a respeito da legalização do arrendamento de terras indígenas em algumas regiões. A deputada cobra o dever dos poderes públicos em fiscalizar, sendo eles responsáveis pelo cuidado patrimonial das terras da União de “uso exclusivo para prover a sobrevivência física e cultural dos povos” (Maisonnave, 2019). E referencia o construto histórico dessas territorialidades ao destacar a preocupação dos legisladores responsáveis pela Constituição Federal de garantir os direitos contra tentativas de arrendamento no futuro. Denuncia ainda o Estado ao não cumprir seu papel de incentivar projetos de produtividade, sustentabilidade e fiscalização após a homologação, isentando-se dos compromissos das garantias constitucionais. Na resposta à pergunta seguinte, contrapõe essa história de conquistas à memória dos discursos “inflamados” de Jair Bolsonaro contra a demarcação quando era deputado federal. Segundo ela, o atual presidente “não entendia como meia dúzia de mal-educados que não falavam português tinham mais direitos do que brasileiros patriotas” (Maisonnave, 2019). Ela reforça o papel racista do então deputado e, na resposta à penúltima pergunta da entrevista, fala em “desmistificar toda essa política que tenta retroceder nos direitos constitucionais” (Maisonnave, 2019), um contraponto à construção de Bolsonaro enquanto mito político nas eleições de 2018. A deputada federal constrói um discurso educativo e defende o avanço do Brasil no campo da diversidade e do crescimento econômico, compatíveis entre si, se não prejudicar “vidas e povos indígenas” (Maisonnave, 2019). E responde às próprias perguntas formuladas a respeito da perseguição e do ódio, assumindo o protagonismo indígena contra a visão do empecilho ao desenvolvimento, tema central da notícia-entrevista exposto na manchete da narrativa. Demarca, por fim, as territorialidades econômicas e ambientais capazes de unir as comunidades indígenas aos projetos nacionais: “Temos turismo, medicina tradicionais, uma vasta biodiversidade na Amazônia” (Maisonnave, 2019). Esses sentidos são reforçados na última resposta da entrevista, quando a deputada aponta as comunidades tomando a frente das atividades produtivas.

O lugar a partir do qual jornalista e entrevistada falam era uma das fazendas indenizadas após a homologação da Raposa Serra do Sol. “Tiraram-se as cercas, e hoje se caminha livremente [...] hoje é possível para a comunidade desenvolver seu projeto de criação, de gestão. Estão sendo protagonistas da administração. Está todo mundo nessa agenda de avançar para a sustentabilidade” (Maisonnave, 2019). Ela projeta o período de dez anos no qual profissionais indígenas formados reforcem a gestão da

terra. Neste sentido, a opção por propostas sustentáveis engrena as múltiplas territorialidades e associa a cidadania na floresta à cidadania da floresta, sentidos permeados na narrativa do trecho noticioso até a última resposta da entrevistada. O gabinete da deputada federal, o lugar de fala da entrevista, o caráter de residência contra o valor pejorativo opaco de zoológico imprimem à ideia de condicionantes territoriais plurais o cuidado de todos os seres no lar das terras indígenas e do planeta.

4. Considerações finais

A entrevistada Joenia Wapichana agenda o espaço concedido pelo jornal *Folha de S. Paulo* a fim de remediar os sentidos de lógicas territoriais dos povos indígenas, convergindo aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e ecológicos, e confrontando as tentativas de uma policrise, nos termos de Edgar Morin, a partir da qual os direitos às terras são suplantados. Tornando transparente o sentido opressor e hierarquizante da metáfora de zoológico humano e a “guetoização” da fala restrita à sua comunidade Raposa Serra do Sol, ela se implica enquanto ativista ambiental, compreendendo o caráter plural desses aspectos e dos sujeitos contemplados pela preservação e conservação dos ecossistemas naturais de modo sustentável: os seres humanos, não humanos, a natureza e o planeta.

Compartilhando de uma ideologia transformadora, ela associa o lado objetivo das soluções sustentáveis das comunidades indígenas e o lado subjetivo do cuidado planetário. Essa sociabilidade ecológico-cósmica passa pela legitimidade de uma comunicação intercultural num processo de valorização do encontro dos povos cujos sentidos próprios são intermediados e remediados, incluindo os grupos minoritários e suas demandas por agenciamento de discursos. Esse é o caso da deputada federal entrevistada: ao falar nos meios de massa tradicionais, ela leva consigo as vozes dos povos indígenas e suas preocupações ecológicas.

A cidadania sistêmica, social e ambiental, é permeada por condicionantes de territorialidades plurais; por meio dela todos os espaços geográficos ou comunicacionais e todos os sujeitos fazem parte de uma construção coletiva. A técnica de espiral concêntrica do texto jornalístico imprime esse construto ao partir das impressões do sujeito individual e passar às constatações do sujeito coletivo advindo dos povos indígenas. Wapichana reforça esses valores ao remediar de forma transparente o sentido de zoológico e destacar em vários trechos da notícia-entrevista o usufruto dos recursos naturais das próprias terras, do país e do planeta por parte dos indígenas, garantido pela Constituição Federal do Brasil. Faz uso do ativismo reticular (Di Felice e Pereira, 2017, p. 57) das territorialidades

digitais dos discursos em confronto a fim de se impor num diálogo intercultural às declarações xenofóbicas em relação aos direitos de demarcação de terras.

A legislatura de Joenia Wapichana no Congresso Nacional e sua entrevista ao jornal de circulação nacional ampliam os condicionantes territoriais dos povos por ela representados, legitimando a reunião de forças agenciadas pelas minorias étnicas. Diante das territorialidades sociais e ambientais remediadas, os sentidos e as narrativas interculturais fluem aquém dos limites geográficos e comunicacionais, convergindo diferentes sujeitos numa mesma cidadania planetária.

Referências

- ALMEIDA, F. V. R. de; MACEDO, G. M. de. 2015. Dimensão Cultural. In: C. N. I. de SOUSA; F. V. R. de ALMEIDA (org.), *Gestão territorial em terras indígenas no Brasil*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Unesco, p. 126-149.
- ALMEIDA, F. V. R. de; SMITH, Maira. 2015. Dimensão Ambiental. In: C. N. I. de SOUSA; F. V. R. de ALMEIDA (org.), *Gestão territorial em terras indígenas no Brasil*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Unesco, p. 151-177.
- BOFF, L. 2015. *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*. Petrópolis, Vozes, 487 p.
- BOFF, L. 2012. *O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade*. Petrópolis, Vozes, 296 p.
- DERRIDA, J. 2002. *O animal que logo sou*. São Paulo, Editora UNESP, 92 p.
- DI FELICE, M.; PEREIRA, E. S. 2017. *Redes e ecologias comunicativas indígenas: as contribuições dos povos originários à Teoria da Comunicação*. São Paulo, Paulus, 194 p.
- GOMES, W. 2009. *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis, Insular, 112 p.
- HALL, S. 2011. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 410 p.
- IAQANI, M.; RESENDE, F. 2019. Theorizing media in and across the global south: narrative as territory, culture as flow. In: M. IAQANI; F. RESENDE (org.), *Media and the Global South: narrative territorialities, cross-cultural currents*. New York, Routledge, p. 1-16.
- KUNSCH, M. M. K. 2017. Comunicação intercultural e cidadania em tempos de globalização. *Revista Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)*, A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas: o caso das ciências da comunicação, p. 337-354.
- LÓPEZ, A. 2014. *Greening media education: bridging media literacy with green cultural citizenship*. New York, Peter Lang, 198 p.
- MAISSONNAVE, F. 2019. Temos de mudar a ideia de que impedimos desenvolvimento, diz deputada indígena. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/temos-de-mudar-a-ideia-de-que-impedimos-desenvolvimento-diz-deputada-indigena.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa. Acesso em: 27/03/2019.
- MARTÍN-BARBERO, J. 2015. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 7ª ed., Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 357 p.
- MORIN, E. 2003. *Terra-pátria*. Porto Alegre, Sulina, 181 p.
- NASCIMENTO, P. C. do. 2009. *Técnicas de redação em jornalismo: o texto da notícia*. São Paulo, Saraiva, 176 p.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. 2009. Relatório Mundial da Unesco: investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. Disponível em: observatoriodiversidade.org.br/site/relatorio-mundial-da-unesco-investir-na-diversidade-cultural-e-no-dialogo-intercultural. Acesso em: 27/03/2019.
- RAMOS, Natália. 2009. Diversidade cultural, educação e comunicação intercultural – políticas e estratégias de promoção do diálogo intercultural. *Revista Educação em Questão*, 34(20):9-32.
- RODRIGUES, A. D. 2002. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: S. D. PORTO (org.), *O jornal: da forma ao sentido*. 2ª ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, p. 217-233.
- RODRIGUES, A. D. 2001. *Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas da sociabilidade*. Lisboa, Editorial Presença, 223 p.
- SEQUEIRA, C. M. de. 2005. *Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia*. São Paulo, Summus, 197 p.
- SOUSA, C. N. I. de. 2015. Gestão territorial: conceitos fundamentais. In: C. N. I. de SOUSA; F. V. R. de ALMEIDA (org.), *Gestão territorial em terras indígenas no Brasil*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Unesco, p. 26-75.
- SOUSA, C. N. I. de. 2015. Dimensão fundiária da gestão territorial de terras indígenas no Brasil. In: C. N. I. de SOUSA; F. V. R. de ALMEIDA (org.), *Gestão territorial em terras indígenas no Brasil*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Unesco, p. 76-124.
- SOUSA, C. N. I. de. 2015. Dimensão política da gestão territorial. In: C. N. I. de SOUSA; F. V. R. de ALMEIDA (org.), *Gestão territorial em terras indígenas no Brasil*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Unesco, p. 210-264.

Artigo submetido em 24-04-2019

Aceito em 01-07-2020